



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES

(Processo Administrativo nº 3338/2026 – Id. CidadES nº 2026.005E0700001.09.0055)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
108/2026/ADM, QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES, ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO, POR MEIO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO, E A EMPRESA GENESYS
SISTEMAS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José Paterlini, n.º 910, Centro, na cidade de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.142.686/0001-01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Sr. HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL, doravante denominado **CONTRATANTE**, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, através de seu Secretário, o Sr. GILSON NUNES ÁVILA JÚNIOR, e, de outro lado, a empresa **GENESYS SISTEMAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.937.920/0001-54, com sede na Rua Giobbe Zandonadi, nº 72, Loja 01, Bairro Vila Betânea, município de Venda Nova do Imigrante/ES, CEP 29375-000, neste ato representada pelo Sr. JONATHAN DE MOURA BOTELHO, conforme atos constitutivos da empresa, doravante denominado **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 3338/2026 e em observância às disposições da [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, por **Dispensa de Licitação nº 054/2026/ADM**, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa, visando à prestação de serviços continuados de emissão, gerenciamento e administração de cartões magnéticos, na modalidade “Vale-Feira”, destinados aos servidores da Administração Pública Municipal de Alfredo Chaves/ES, para aquisição de produtos na Feira Livre da



Agricultura Familiar, mediante utilização de sistema eletrônico em rede de estabelecimentos credenciados, conforme condições estabelecidas neste instrumento, no anexo e no Termo de Referência.

1.2. O objeto da contratação encontra-se detalhado no anexo do presente instrumento e no Termo de Referência.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Autorização de Contratação Direta;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do instrumento contratual, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do [art. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e



2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 19.950,00** (dezenove mil, novecentos e cinquenta reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.





CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na Lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:



- 8.1.8.1.** indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.1.8.2.** fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.3.** estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4.** definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5.** demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6.** prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9.** Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10.** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1.** A Administração tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10.2.** Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 8.1.11.** Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do [art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio do CONTRATADO.

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do Contrato;



- 9.7.** Comunicar ao Fiscal do Contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8.** Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9.** Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10.** Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- 9.13.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17.** Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;



- 9.18.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19.** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20.** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21.** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23.** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo [Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008](#);
- 9.24.** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25.** Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do Contrato;
- 9.25.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26.** Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.27.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do Contrato;



- 9.28.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;
- 9.29.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30.** Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31.** Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do Contrato;
- 9.32.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo Contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do Contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei.
- 10.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.



10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o art. 26, §1º da LGPD deverão ser comunicados à autoridade competente.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133](#), de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

13.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Das indenizações e multas.

13.6. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.7. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do [art. 139 da Lei n.º 14.133](#), de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do Contrato.



13.8. O Contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Alfredo Chaves deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ficha: 0000096 / 040.001.04.122.0002.2.007 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração / Elemento de Despesa: 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica / Fonte de Recursos: 150000009999 – Recursos Não Vinculados de Impostos e Transferência de Impostos.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990](#) – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alfredo Chaves/ES para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Alfredo Chaves/ES, 27 de maio de 2026.

GILSON NUNES
AVILA JÚNIOR:
08013726746

Assinado digitalmente por GILSON NUNES AVILA JUNIOR:
08013726746
DN: CN=GILSON NUNES AVILA JUNIOR, OU=18178945000463, OU=AC:SyngularID
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: C:\Arquivos de Programa\assinatura\apl
Data: 2026.05.29 14:15:13.0307
E-mail: gilson@chaves.es.gov.br

GILSON NUNES ÁVILA JÚNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL

PREFEITO MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES/ES

Documento assinado digitalmente
JONATHAN DE MOURA BOTELHO
Data: 29/05/2026 14:34:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JONATHAN DE MOURA BOTELHO

GENESYS SISTEMAS LTDA



Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES

ANEXO
CONTRATO 000108/2026

Dispensa Nº 000054/2026

Processo: 003338 / 2026

CONTRATO Nº 000108/2026

Empresa: GENESYS SISTEMAS LTDA

CNPJ: 44.964.498/0001-88

Endereço: AVENIDA GOVERNADOR LACERDA DE AGUIAR, 164 - CENTRO - CONCEICAO DO CASTELO - ES - CEP:
29370000

Secretaria		0000020 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO					
Item	Código	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
000001	00002087	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE CARTÃO ELETRÔNICO/MAGNÉTICO de vale-feira para utilização pelos servidores municipais em estabelecimentos e feirantes credenciados.		MÊS	12,000	1.662,500	19.950,00
Total da Secretaria: 19.950,00							
Total Geral: 19.950,00							

Contrato nº 000108/2026

Última atualização 29/05/2026



Local: Alfredo Chaves/ES **Órgão:** MUNICIPIO DE ALFREDO CHAVES

Unidade executora: 27142686000101-001 - Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 003338/2026

Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 29/05/2026 **Data de assinatura:** 29/05/2026 **Vigência:** de 29/05/2026 a 29/05/2027

Id contrato PNCP: 27142686000101-2-000099/2026 **Fonte:** E & L PRODUCOES DE SOFTWARE LTDA

Id contratação PNCP: [27142686000101-1-000105/2026](#)

Fruto de adesão? Não **Tem Remanejamento:** Não

Objeto:

CONTRATAÇÃO DA EMPRESA GENESYS SISTEMAS LTDA., INSCRITA NO CNPJ SOB O NO44.964.498/0001-88, VISANDO A PRESTACAO DE SERVICOS E SERVICOS DE ADMINISTRACAO, GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE CARTAO ELETRONICO/MAGNETICO DE VALE-FEIRA, PARA UTILIZACAO PELOS SERVIDORES MUNICIPAIS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E FEIRANTES DEVIDAMENTE CREDENCIADOS, CONFORME CONDICÕES, QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

VALOR CONTRATADO

R\$ 19.950,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 44.964.498/0001-88 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: GENESYS SISTEMAS LTDA

Empenhos

Instrumentos de Cobrança

Termos

Arquivos

Histórico

Sequencial	Número	Valor Total	Emenda	Data de Emissão	Data/Hora de Inclusão	Situação
------------	--------	-------------	--------	-----------------	-----------------------	----------

Nenhum dado para exibir

[← Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel

DATA DE 28/06/2026, DA 5ª ETAPA ESTADUAL DO CIRCUITO CAPIXABA DE JIU-JITSU, MIMOSO DO SUL/ES.

VALOR: R\$ 300,00 (TREZENTOS REAIS).

PRAZO: O contrato terá vigência até 30 de dezembro de 2026 (30/12/2026).

FONTES DE RECURSO:

Secretaria de Esporte Dotação/Fonte. 011001.27811 00092.048.33904800000.150000009999 - Recursos Não Vinculados De Impostos E Transferências De Impostos - Ficha:000279.

ASSINATURA: 03/06/2026.

Alegre/ES, 03/06/2026.

NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1801771

Contrato

- EXTRATO -

CONTRATO Nº. 070/2026

Contratação Direta - Inexigibilidade de

Licitação: Art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021

Proc. Nº: 2026-C3GKC de 14/04/2026

Cód. ID. CidadeS/TCE-ES:

2026.004E0500002.10.0007

Cód. ID. Contratação PNCP:

14946241000132-1-000008/2026

Link da publicação no PNCP:

<https://pncp.gov.br/app/editais/14946241000132/2026/8>

Ratificação da Inexigibilidade de Licitação Nº 0006/2026:

26/05/2026

CONTRATADA:

LAURIENNE GONÇALVES DE AZEVEDO

- CPF nº 076.***.**7-80

CONTRATANTE:

MUNICIPIO DE ALEGRE-ES.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, PARA ATENDER AO "BENEFÍCIO AUXÍLIO MORADIA" EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES.

VALOR: O valor mensal da contratação é de R\$ 700,00 (SETECENTOS REAIS), perfazendo o valor total de R\$ 4.200,00 (QUATRO MIL E DUZENTOS REAIS).

PRAZO: O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados da assinatura do contrato, vigendo, portanto, até o dia 27 de Novembro de 2026.

FONTES DE RECURSO:

- **Gestão/Unidade:** Secretaria Executiva de Assistência Social e Direitos Humanos - UG A. Social
- **Fonte de Recursos:** 150000009999 - FICHA 000042

- **Programa de Trabalho:** 013001.0812200182.062

- **Elemento de Despesa:** 33903600000

- **Fonte de Recursos:** 166100000000 - FICHA 00066

- **Programa de Trabalho:** 013001.0824400142.065

- **Elemento de Despesa:** 33903600000

ASSINATURA: 03/06/2026.

Alegre/ES, 03/03/2026.

NEMROD EMERICK

Prefeito Municipal de Alegre/ES

Protocolo 1801785

Alfredo Chaves

Termos

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALFREDO CHAVES - ES

Participação SERP E&L nº 062/2026.

Processo Adm. nº 6147/2026.

Ata de Registro de Preços nº 0376/2026, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 068/2026.

Id. CidadeS nº ID: 2026.500E0500019.01.0069.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Alfredo Chaves/ES.

Contratada: Costa Camargo Comercio de Produtos Hospitalares Ltda.

Objeto: Registro de preços para a eventual aquisição de Medicamentos-PERP: Ondansetrona Cloridrato - Dosagem: 4 mg.

Valor Total: R\$ 2.547,00 (dois mil, quinhentos e quarenta e sete reais).

Vigência: até 28/04/2027.

Secretaria Municipal de Saúde

Alfredo Chaves/ES

Protocolo 1802336

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALFREDO CHAVES - ES

Participação SERP E&L nº 063/2026.

Processo Adm. nº 6147/2026.

Ata de Registro de Preços nº 0448/2026, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 063/2026.

Id. CidadeS nº ID: 2026.500E0500019.01.0165.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Alfredo Chaves/ES.

Contratada: Sante Medica Hospitalar Ltda.

Objeto: Registro de preços para a eventual aquisição de Medicamentos-PERP: Gliclazida 30mg Liberação Prolongada.

Valor Total: R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais).

Vigência: até 14/05/2027.

Secretaria Municipal de Saúde

Alfredo Chaves/ES

Protocolo 1802344

Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES - ES

Extrato do Contrato nº 108/2026/ADM.

Processo Adm. nº 3338/2026.

Id. CidadeS nº 2026.005E0700001.09.0055.

Dispensa de Licitação nº 054/2026/ADM.

Contratante: Município de Alfredo Chaves/ES, através da Secretaria de Administração.

Contratada: Genesys Sistemas Ltda.

Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa, visando à prestação de serviços continuados de emissão, gerenciamento e administração de cartões magnéticos, na modalidade "Vale-Feira", destinados aos servidores da Administração Pública Municipal de Alfredo

Chaves/ES, para aquisição de produtos na Feira Livre da Agricultura Familiar, mediante utilização de sistema eletrônico em rede de estabelecimentos credenciados, conforme condições estabelecidas neste instrumento, no anexo e no Termo de Referência.

Valor Total: R\$ R\$ 19.950,00 (dezenove mil, novecentos e cinquenta reais).

Dotação orçamentária: Ficha: 0000096 / 040.001.04.122.0002.2.007 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração / Elemento de Despesa: 33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte de Recursos: 150000009999 - Recursos Não Vinculados de Impostos e Transferência de Impostos.

Assinatura: 29/05/2026.

Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura.

Hugo Luiz Picoli Meneghel

Prefeito Municipal

Protocolo 1799239

Convênio

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES - ES

Extrato do Termo de Fomento nº 004/2026/ADM.

Processo Adm. nº 13069/2025.

Conveniente: Município de Alfredo Chaves/ES, através da Secretaria Municipal de Educação.

Conveniando: Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo.

Objeto: O presente Termo de Fomento tem por objeto proporcionar serviços de educação profissional técnica - nível médio, na modalidade da pedagogia da alternância, na condição de internato e semi-internato, visando atender aos 55 alunos matriculados. Ofertar serviços de Educação Básica - Objeto relativo à educação de ensino fundamental II (6º ao 9º ano) na modalidade da pedagogia da alternância, na condição de internato e semi-internato, visando atender aos 55 alunos matriculados. Pretende-se, por meio da metodologia de educação adotada, formar adolescentes e jovens cientes dos elementos que convirjam para a transformação da realidade, envolvendo as famílias, comunidade e os agentes que possam promover o desenvolvimento equilibrado. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Valor Total: R\$ 267.000,00 (duzentos e sessenta e sete mil reais).

Dotação Orçamentária: Ficha: 0000372 / 100.001.12.361.0012.2.255 - Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental / Elemento de Despesa: 33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte de Recursos: 150000250000.

Assinatura: 03/06/2026

Vigência: até 31 de dezembro de 2026.

Hugo Luiz Picoli Meneghel

Prefeito Municipal

Protocolo 1802187

Errata

ERRATA DO DECRETO Nº233-P.

O **PREFEITO MUNICIPAL de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, vem por meio desta, sanar o equívoco cometido quando da publicação do Decreto Pessoal 233-P (publicado no DOM/ES, edição nº. 3.007, protocolo nº. 1790222, fls. 8), e fazer acrescentar no referido Decreto Municipal 233-P, de 19 de maio de 2026, publicado no Diário Oficial do Município em 20 de maio de 2026, onde se lê:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. **MICHELLE DE NADASI NALESSO** para exercer o cargo de provimento em comissão de **GERENTE DE PLANEJAMENTO**, integrante da estrutura administrativa da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO**.

Leia-se:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. **MICHELLE DE NADAI NALESSO** para exercer o cargo de provimento em comissão de **GERENTE DE PLANEJAMENTO**, integrante da estrutura administrativa da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO**.

Alfredo Chaves/ES, 1º de junho de 2026.

HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1801945

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALFREDO CHAVES - ES

Errata da Participação SERP E&L nº 034/2026.

Processo Adm. nº 5083/2026.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Alfredo Chaves/ES.

Contratada: Cristália Produtos Químicos Farmaceuticos Ltda.

Onde Se Lê: "Objeto: Registro de preços para a eventual aquisição de medicamentos - PERP: Haloperidol - Dosagem: 5mg.

Valor Total: R\$ 54,45 (cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos)."

Leia-se: "Objeto: Registro de preços para a eventual aquisição de medicamentos - PERP: Haloperidol - Dosagem: 50mg/ml.

Valor Total: R\$ 2.734,60 (dois mil, setecentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos)."

Setor de Contratos

Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves

Protocolo 1802139